



NOTA À COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nº 06/2025

Lisboa, 16 de julho de 2025

DEMOLIÇÕES NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA MAS ALGUÉM QUER OU GOSTA DE VIVER EM BARRACAS?

A incapacidade ou falta de vontade política dos governos dos últimos 30 anos em intervir na habitação, e não faltaram avisos, posições e propostas, muitas da AIL, resultou na grosseira insuficiência de habitação pública e no desvario do preço da habitação e do arrendamento, tudo muito privado, que impede o seu acesso a milhares de famílias que trabalham e têm salário.

A busca de soluções de um abrigo e de um teto resultou, tal como em meados do século passado, na sobrelotação de muitas casas e na construção de barracas em terrenos públicos e/ou privados por alguns milhares de famílias. Nos idos anos 50/60 do século passado foram os migrantes das províncias, incluindo as colónias, que vinham para a região de Lisboa e do Porto em busca de emprego e de melhores condições de vida que construíram os bairros de barracas. Agora são imigrantes de outras paragens que igualmente vêm em busca de melhor vida que os constroem. Pelas mesmas razões. Falta de habitação e preços proibitivos da existente para os seus baixos rendimentos.

Para colmatar e resolver o problema, nos anos 80/90 desenvolveu-se o PER - Programa de Erradicação das Barracas através da construção de habitação pública. Daí para cá, inação!

Entretanto, a crise da habitação foi-se agravando, principalmente a partir de 2014/2015. Dados recentes do INE referem que os preços das casas aumentaram 18,7% e o preço de venda das casas aumentou 14,5%. Em 78 municípios as famílias têm uma taxa de esforço de 50% ou mais.

Igualmente gravoso, absurdo e injustificável, é a existência de mais de 250.000 casas capacitadas que se encontram vagas e devolutas, sem utilização económica e social e, também gravoso e absurdo, sem pagarem à sociedade o preço dessa situação.

Por isso, o acesso à habitação é cada vez mais difícil para muitos milhares de portugueses, especialmente nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Para a crise concorrem, essencialmente:

- A falta de investimento público em construção de habitação.
- A total ausência de combate aos vagos e devolutos.
- O preço das casas a duplicar em poucos anos e a atingir preços incompatíveis com os rendimentos da esmagadora maioria dos portugueses.
- A precarização dos contratos de arrendamento, a facilitação dos despejos e o aumento especulativo das rendas em consequência da famigerada lei das rendas de 2012.
- A liberalização do alojamento local, a manutenção dos vistos gold e a manutenção do regime fiscal de residentes não habituais.
- E os 3 milhões e 400 mil trabalhadores a ganhar menos de mil euros por mês, bem como a precariedade laboral.

Como se não bastasse, temos agora Municípios da Área Metropolitana de Lisboa a impor a lei do mais forte sobre populações fragilizadas e vulneráveis que vivem em barracas, sem cuidar previamente de uma solução habitacional, conforme são obrigados pela lei.

A AIL condena estas ações que revelam falta de humanidade e roçam a ilegalidade, uma vez que violam o artigo 13º da Lei de Bases da Habitação (Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro) que estabelece que o Estado deve garantir, no âmbito da proteção e acompanhamento em casos de despejo, serviços informativos, apoio judiciário, consulta às partes afetadas, um período de pré-aviso razoável, a não execução de penhora em casos específicos e serviços públicos de apoio e acompanhamento de famílias vulneráveis em risco de despejo. As pessoas e as famílias carenciadas em risco de despejo e sem alternativa habitacional têm direito a atendimento público prioritário e apoio para encontrar uma habitação adequada.

Nada disto foi garantido pelos Municípios em questão, tendo havido, inclusive, um que ignorou, desrespeitou e incumpriu uma ordem judicial.

A perseguição aos mais pobres e vulneráveis, a violência e a destruição, não são as soluções para os graves problemas habitacionais e sociais! São ações condenáveis! Uma caução e uma renda também não são solução. São uma indignidade!

A AIL condena e repudia a forma como as populações afetadas foram e estão a ser tratadas e desprezadas e manifesta a sua solidariedade para com elas.

A AIL insiste na consideração das suas propostas urgentes e prioritárias, bem como nas de outros intervenientes no mesmo sentido, para as soluções da crise na habitação.

A Direção



Pedro Ventura
Presidente